

2ª quinzena de janeiro de 1999

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 42

Os economistas Marcelo Portugal e Luiz Miranda dão duas visões diferentes do caos econômico que resultou na desvalorização do real. **Página 4**

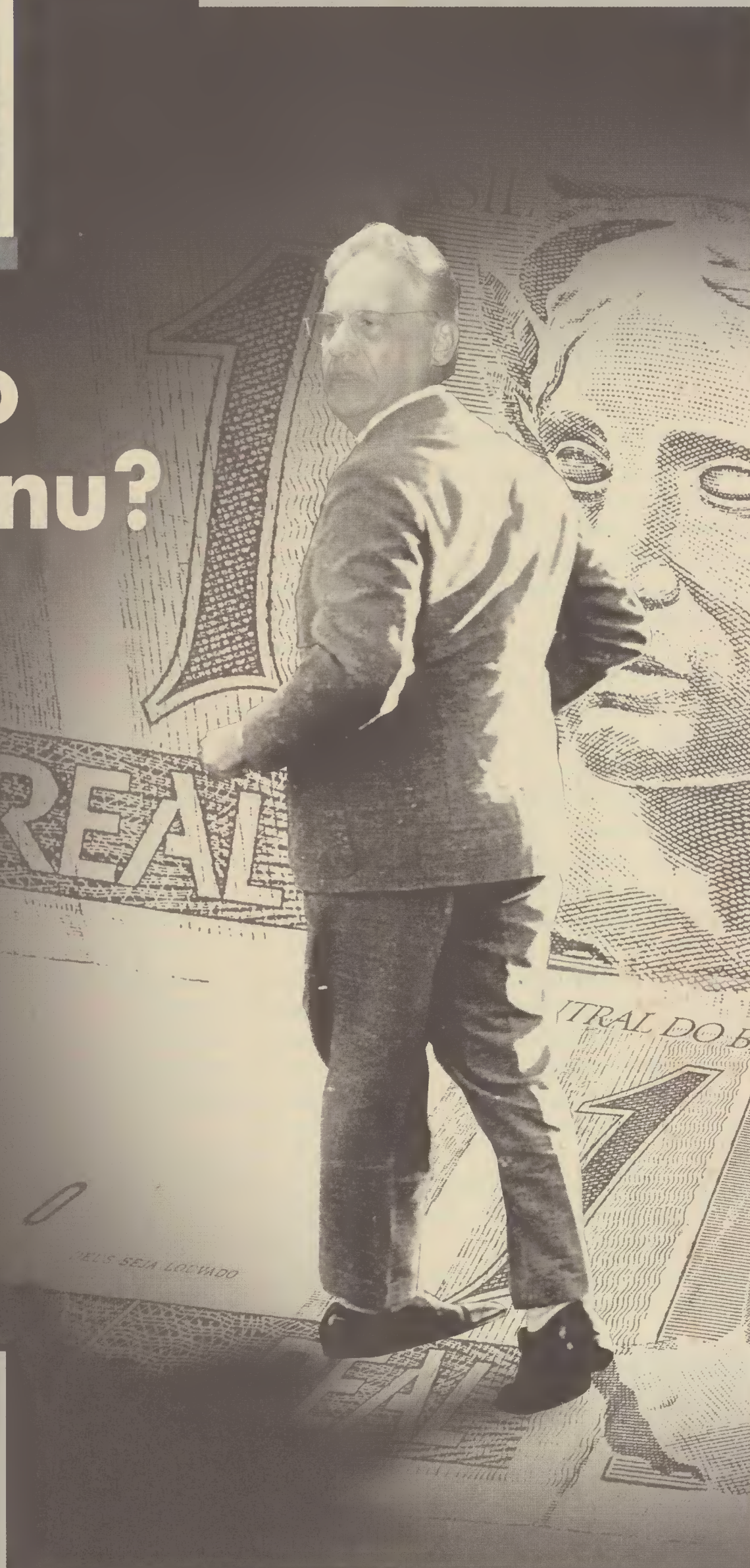
Por que o Rei ficou nu?

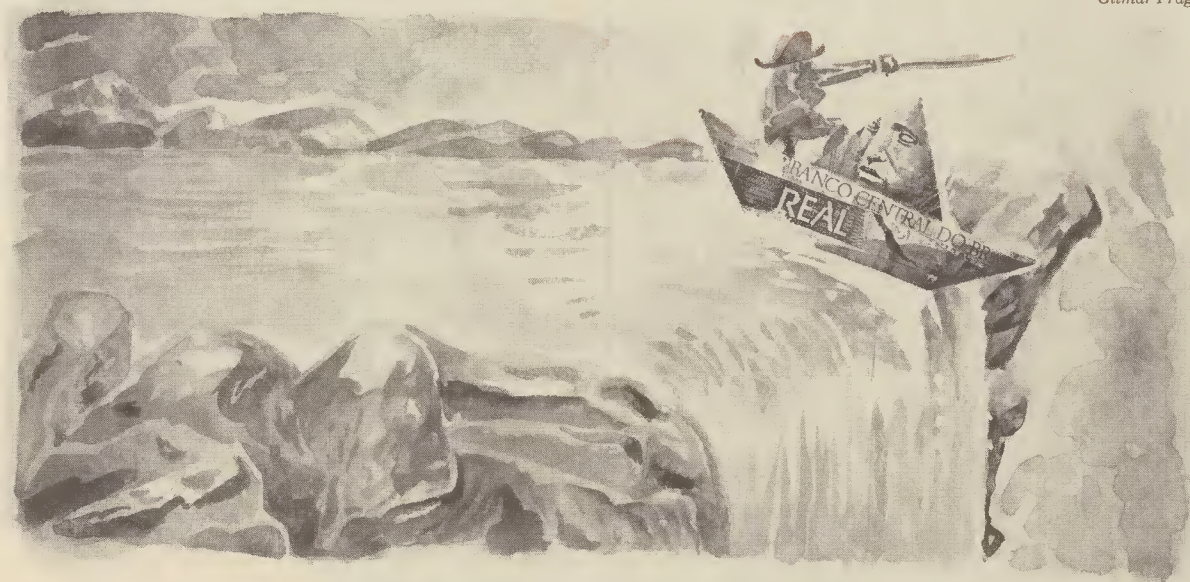
Na transição do primeiro para o segundo mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso transformou a prática do poder num misto de hesitação, arrogância e resignação. A crise econômica que estourou no ano passado, expôs todo descontrole de um homem público que se vendia como estadista preparado. Por que ele demorou para chamar a si a condução do país?

Páginas 6 e 7

Manipulação eletrônica sobre fotos de Erno Schneider e Roberto Santos

A pró-reitora de Pesquisa da Ufrgs, Maria da Graça Krieger, prevê que as universidades deverão passar por um período de vacas magras neste ano. Se o enxugamento dos gastos públicos já era um mau sinal, a certeza da recessão faz com que a porta do financiamento para projetos científicos também comece a se fechar. **Página 12**





Gilmar Fraga

Catástrofe à vista

Seguramente FHC, quando estava em campanha eleitoral, já sabia já que sua política era arriscada, mas nem em "sonho de uma noite de inverno" imaginou que toda a armadura de sua equipe econômica poderia cair tão baixo.

O pior é que ainda não se chegou ao fundo do poço. Além do dragão da inflação que volta a se manifestar, existe outro com apetite maior que atende na imprensa oficial (Globo, Zero Hora e outros) pelo nome de comunidade financeira internacional e que come reservas, empregos, salários e até criancinhas (aquelas que pelos cortes no orçamento perdem toda assistência).

A tal comunidade financeira internacional tem seus membros tupiniquins (estes já estão há horas no Primeiro Mundo). Seguramente, entre eles estão alguns (ou todos) dos 48 nomes da tal lista que o Banco do Brasil forneceu à Receita Federal (dos 100 maiores contribuintes da CPMF) que, pasmem, nunca declararam imposto de renda.

Como se pode ter legitimidade de aumentar ou cobrar contribuição

previdenciária dos servidores ativos ou inativos antes de passar por estes e tantos outros meliantes de cartola?

Um governo que perdeu a compostura, com cartas aos organismos internacionais falando mentiras a respeito do governo do Rio Grande do Sul, parece estar no desespero.

Arrogância e desespero formam uma mistura explosiva e perigosa. A paciência da população tem limite. Não dá para dizer que este governo foi eleito por mais quatro anos, sustentado em propostas mentirosas como manter a estabilidade e resolver o problema do desemprego, e se imaginar que se pode fazer qualquer coisa.

A missão do FMI está aí para exigir mais sacrifício para o referido dragão, ordem que o governo obedece docilmente.

Está na hora de erguer a cabeça e criar um movimento da amplitude do "Diretas Já" e do "Fora Collor" para, num primeiro momento, dizer basta.

O passo seguinte...?!

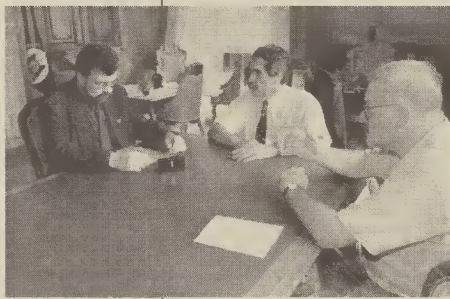
OBSERVATÓRIO

Crise nos estados

Em nota pública, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes/SN) classificou como "postura que se situa entre a leviandade e a má-fé" as declarações do governo federal responsabilizando os estados pela atual crise econômica nacional. De acordo com a nota, foi justamente a política econômica implantada pelo governo que resultou em queda na produção, falências, desemprego e redução da arrecadação tributária, entre outras graves consequências. O texto assinala que as recentes alterações na gestão da economia no país, em vários aspectos coincidentes com propostas de lideranças de oposição, evidenciam que a política econômica brasileira "não era uma questão estritamente técnica que comportasse apenas a via seguida até agora". Para o sindicato, a superação da crise envolve medidas que ultrapassam os limites do regime cambial, da política monetária e da austeridade fiscal para situarem-se na esfera política, "num contexto de respeito à natureza federativa da República e de enfrentamento das desigualdades regionais e sociais". A proposta alternativa de resolução dos conflitos da Andes passa também pela busca de uma "solução política, democrática e justa" para a crise brasileira.

Olívio recebe Adufrgs e Andes

Em uma audiência de 20 minutos, os presidentes da Andes/SN, Renato de Oliveira (na foto, à esquerda), da Adufrgs, Carlos Schmidt (direita), e da Seção Sindical dos Docentes da UFSM (Sedufsm), Jadir Lemos, levaram solidariedade ao governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, no momento em que a crise política com o governo federal se agravou. O



encontro aconteceu no Palácio Piratini, na manhã de 22 de janeiro. "Assim como a universidade, os governos estaduais estão tendo suas autonomias pisoteadas e nós viemos demonstrar nossa identidade", declarou o professor Schmidt, que colocou a "massa crítica" da Ufrgs à disposição do governo para que se crie um espaço de trabalho das questões sociais relevantes.

A visita do presidente da Andes é a primeira de uma série que a entidade pretende fazer aos governadores que resolveram enfrentar a política fiscal da União em relação aos estados brasileiros. Dutra se mostrou bastante entusiasmado com o apoio recebido da comunidade acadêmica. "A academia e seus pesquisadores são valiosos para que possamos implementar as mudanças que estamos dispostos a realizar no Rio Grande do Sul", completou o governador.

Impedimento de ministros

Impeachment dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Educação, Paulo Renato Souza, pela "recusa sistemática em liberar o numerário constante do orçamento das instituições federais de ensino superior". Esta é a síntese do pedido que a Andes e mais três sindicatos da área de Educação ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF), em 26 de janeiro. A solicitação se refere ao não pagamento de precatórios, expedidos em tempo para a inclusão do valor apurado no Orçamento do exercício de 1998. O presidente do STF, ministro Celso de Mello, recebeu o presidente da Andes, Renato de Oliveira, e declarou que a denúncia não se trata de "qualquer ânimo excepcional ou corporativo de ver apenas criminal ou politicamente quem quer que seja".

AD
VERSO

Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
Tiragem:
4.500 exemplares

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Górgen
Fotografia: Fabrícia Osanai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Nilson Figueiredo Filho
Revisão: Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt; 1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 2º Vice: Elisabete Búrigo; 1º Secretária: Regina Witt; 2º Secretária: Daniela Fialho; 1º Tesoureiro: Edson Lindner; 2º Tesoureiro: Mário Brauner; 1º Suplente: Rubens Weyne; 2º Suplente: Jaqueline Moll

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Attico Chassot / Prof. Titular aposentado do Instituto de Química da Ufrgs

Ricardo de Andrade

Uma festa (no mínimo) infeliz



Minha indignação começara na manhã de sexta-feira, quando os jornais, ao anunciarem algo há muito esperado —a data de divulgação dos resultados do vestibular da Ufrgs— convocavam também para uma grande festa. A princípio pensei que a promoção era de cursinhos pré-vestibulares (instituições parasitárias da excrescência que são os exames de ingresso à Universidade). Lamentavelmente, enganara-me. A festa seria organizada pela própria Universidade. Pela mesma Universidade, que não há muitos dias se dizia insolvente para pagar energia elétrica e material de consumo. Mas esta não era a razão de minha indignação. Mesmo que fosse a Universidade mais rica do mundo ou até se fosse uma multinacional, que vendesse pregos, eu protestaria: a ninguém é lícito festejar a exclusão. Vi, então, estarrecido, uma Universidade, pela qual tenho o maior apreço, convocar uma festa para celebrar sua contribuição no aumento de excluídos.

A sexta-feira passou vagarosa. Eu também estava envolvido na espera. Disseminei na internet um tímido protesto contra o que se anunciava para o sábado. Pensava que talvez a culpa fosse da imprensa por uma notícia que a UFRGS não dera. Uma Universidade não catalisaria algo tão insólito.

A madrugada de sábado custou a chegar. Os resultados já estavam sendo ansiosamente esperados há mais de uma semana. Cedo minha decepção aumenta. Agora, era a autoridade maior, que usava o microfone da Rádio da Universidade para convocar a todos para a grande festa de divulgação dos resultados. Não fosse ter, há muito, buscado o resultado na internet, acreditaria que sonhava. "Temos o listão, mas ele será divulgado aqui na Faculdade de Educação!!!" Sim, a Faculdade de Educação estava sendo usada como cenário de uma afronta social. Como po-

deria uma Reitora, que já assumira posições tão elogiáveis em defesa da Universidade Pública se transformar em uma marqueteira vil e tripudiar sobre a desolação de mais de 35 mil pessoas, anunciando que tinha a lista, onde havia menos de 4 mil nomes de afortunados que ingressariam na Universidade? Não era crível o que ouvia. A informação era clara: quem quisesse ver se estava na lista felizarda estava convidado a participar da festa marcada pela exclusão.

Uma professora universitária se locupletava no deter uma informação que deveria ser socializada. "Temos o listão, mas ele será divulgado aqui na Faculdade de Educação!!!" Trinta e cinco minutos depois, ela já estava saciada daquilo que detinha e via a baixa afluência ao seu chamado. Então, a Rádio da Universidade começa a leitura da lista. Como esta só se completaria depois de quatro horas, há outras maneiras de se tomar conhecimento dos nomes, que não fosse participar da festa dos excluídos promovida por uma Universidade numa triste manhã de um sábado deste janeiro de 1999. Um sábado nada glorioso para uma Universidade que no tripudiar dolente pensava se fazer gloriosa.

Claro que vibrei com a aprovação de minha filha e com a de seu namorado. Mas, havia quase 36 mil que ficaram excluídos do acesso a uma Universidade Pública. Não discuto o mérito que têm os 3.865 estudantes que a partir de março serão alunos da Universidade onde fiz minha formação graduada e pós-graduada e na qual, com muito orgulho, fui professor por mais de um quarto de século. Eu os reconheço privilegiados. Sei que a Universidade não poderia receber a todos.

Lembro-me, uma vez, mais das muitas discussões

sobre o acesso à Universidade de que já participei. Há uma situação que sempre me faz pensar. Se tivéssemos 40 mil pessoas famintas e apenas cestas básicas para 4 mil, seria sábio o critério de mandarmos todos dar voltas em uma pista atlética e darmos os alimentos aos 10% que completassem o maior número de voltas ao final de um dia? A Universidade tem lugar apenas para 9% e festeja esses. Aos outros, a Reitora oferece como consolação a recomendação para que no próximo ano corram mais rápido, preparem-se mais (freqüentemente melhores locais de adestramento) e então, talvez, junto com uns poucos, possam ser festejados no ano 2000, ou no 2001, ou....

Reconheço de muito mau gosto, ou melhor, inoportuna e alienada a festa convocada (afortunadamente um fracasso) pela Reitora para a divulgação dos resultados. Aliás, quando se badalava que este era um dos maiores vestibulares já realizados pela UFRGS se silenciava as razões de já ter havido um maior. Quando houve, não há muito tempo, uma liminar que negava à Universidade o direito de cobrança de taxa de inscrição ao vestibular, muito mais pessoas puderam sonhar em cursar uma Universidade Pública. Há muitos, muitos mesmos, para os quais a própria taxa de inscrição já cria discriminação.

Há outras maneiras de valorizarmos a Universidade diferente daquela de se fazer carregar nos braços de alguns dos 9% eleitos. Uma alternativa para aumentar este percentual tão pequeno talvez fosse aumentar ainda mais o número de cursos noturnos. Acredito que a descabida tentativa da Reitora em badalar o sucesso de uns poucos nos deve estimular na busca de novos critérios para determinar o acesso ainda maior à Universidade.

DUPLA FACE

Dois economistas da Ufrgs respondem se a desvalorização da moeda significa a morte anunciada do Plano Real

Luiz Miranda / Chefe do Departamento de Economia

Chacal

Fotos: Fabrícia Osanai



Você é um chacal? *Disgusting*. Simplesmente porque é capaz de lembrar-se de algumas das crises que desde meados dos 70 castigam a economia brasileira? Lembrança de crises que você, chacalmente, interpreta como tendo sido uma série de castigos ao seu bolso, ao seu emprego e ao seu patrimônio, que comprometeram em maior ou menor grau suas condições de vida—e que agora, face à perspectiva de outra ainda pior, o impele a buscar refúgio em ativos confiáveis. *Hedge* ou simples diversificação de *portfolio*, nada que um Ph.D. de Harvard, Chicago ou da PUCRJ possa ou queira condenar, pois não? Mas você não é economista, você só é um chacal calejado, além de vagabundo, que maldiz a parte que lhe coube, por inação ou ação, na recondução do Príncipe, e vai à luta.

Mas, antes, você tenta tirar lições do passado. E se dá conta, por exemplo, que, com banda suja ou limpa, a desvalorização cambial de agora já é maior do que a máxi de 82, que naquele ano o desemprego era pequeno ao começar a recessão, que a taxa de juros real era muito menor do que a atual e que a recuperação da economia norte-americana em 84 veio recolocar a economia brasileira em rota de crescimento—baixo, instável e inflacionário, mas crescimento, ao menos. Agora, você constata que a economia do Tio Sam há tempos vai muito bem obrigado e nem por isso a nossa deixa de ir de mal a pior, que nossa recessão mal se instalou e já temos a maior taxa de desemprego desde que esta começou a ser medida, e que a taxa de juros é absolutamente impeditiva ao financiamento do capital de giro das empresas, do consumo pessoal e do investimento.

Você sabe que o governo, tendo se comprometido a abrir o mercado interno às Nações Amigas (como D. João VI, você lembra, já então a modernidade da globalização), gerou um imenso déficit nas balanças comercial e de serviços que, por sua vez, "obrigou-o"

a comprometer-se com o financiamento do rombo externo, atraindo capitais de curto prazo a prazos cada vez mais curtos—*hot money*—através do pagamento das taxas de juros reais mais altas da história da economia mundial ao capital financeiro, o que acabou por lançar a dívida pública federal a níveis inauditos, seja em valores absolutos, seja como proporção do PIB. Você percebe que esse crescimento da dívida pública, gerado pelas condições da rolagem do déficit da balança de pagamentos, vem sendo financiado por novos empréstimos, tomados a juros cada vez mais altos, realimentando financeiramente a dívida a uma taxa de crescimento exponencial. Juros sobre juros, você se inquieta. Mas não seja severo com o Príncipe, afinal Ele só é um sociólogo dependentista, cercado de economistas exóticos e apenas é amigo funcional de banqueiros internacionais e nacionais, se é que faz alguma diferença. Chacal é você.

E você constata que na concepção do governo, "controlada" a inflação—Deus!—, o Mercado deveria garantir o nível de investimentos necessário a um crescimento decente da economia. Qualquer que seja a taxa de juros, ao que parece. Então você desconfia que os exóticos não estão dando a mínima para o nível de emprego, para o seu emprego. Certo, existem outros determinantes do investimento, mas você começa pelo fundamento, pela *causa causans* da dinâmica econômica. E se pergunta como a economia brasileira, neste janeiro de 99, poderá sair deste brete 3D da dívida pública, do déficit externo e do desinvestimento privado sem o relançamento do gasto público, do investimento e do consumo, e sem financiamento externo. Mais dívida ou mais investimento? Moratória ou alongamento do perfil da dívida, nem pensar, tremem os exóticos. Se bem que existem outras medidas que poderiam ser cogitadas antes da medida *in extremis*—até para evitá-la—, como o con-

trole dos fluxos de capitais de curto prazo via centralização do câmbio. Vide Malásia.

No âmbito interno, você gostaria de ter tido notícia de uma eventual consolidação das dívidas entre União, estados e municípios, mas só foi informado pelo governo que o déficit fiscal é insuportável e que por isto é vital a obtenção de um superávit primário nas contas públicas através de um pacote fiscal de R\$ 28 bilhões para rebaixar a relação dívida líquida/PIB a um piso administrável. OK, você não questiona esta informação, nem outra da SRF, segundo a qual, no período de vigência da CPMF até dezembro de 98, a sonegação de informações fiscais das pessoas jurídicas ocultava uma renda tributável de R\$ 750 bilhões, a qual só com a incidência de 3% da Cofins possibilitaria um aumento da arrecadação federal de R\$ 22,5 bilhões, 80% do valor do pacote.

Mas, entre a necessidade de aumentar a receita via pacote fiscal e o reconhecimento da sonegação e da elisão fiscal, você fica pasmado com o contraste entre a paralisia do governo em combater as práticas anti-societárias de fraude fiscal de grandes montantes e seu ímpeto em aumentar a carga tributária sobre pequenos e médios contribuintes, assim como em buscar a redução do gasto público via redução de aposentadorias, pensões e salários do setor público paiano. Você percebe a ineficácia desta política e conclui que por aí as coisas também não vão bem, ainda mais nestes dias difíceis, em que os ganhos fiscais da magnífica vitória parlamentar do Príncipe na questão do aumento da contribuição previdenciária de ativos e inativos esfumaram-se em uma semana de turbilhão cambial, além das já idas receitas das privatizações. Você percebe que o plano Real acabou. E busca refúgio no dólar. Chacal.

Claro, no vácuo dos grandes blocos do capital financeiro. Aliás, os conselheiros do Príncipe. Chacal.

Marcelo Portugal / Coordenador do Pós-graduação em Economia

Política cambial e combate à inflação



A experiência internacional na eliminação de processos de hiper-inflação mostra que a superação da inflação sempre ocorre acompanhada de uma valorização real da taxa de câmbio. Esta valorização cambial acaba por aumentar as importações, que ficam mais baratas em moeda doméstica, e reduzir as exportações, que perdem competitividade no mercado internacional, levando assim a um desequilíbrio na balança comercial. Esta valorização real ocorre porque a taxa nominal de câmbio pára de aumentar primeiro que os preços. Vale dizer, a taxa de câmbio nominal fica fixa mas os demais preços domésticos continuam aumentando por mais alguns meses.

O problema é que no caso do Plano Real este processo natural de sobrevalorização da taxa de câmbio foi fortemente exacerbado pela política deliberada de não intervenção no mercado de câmbio entre junho e outubro de 1994. Como resultado disto, a taxa de câmbio caiu, neste período, de 1 R\$/US\$ para 0,84 R\$/US\$. Este foi o pecado original da política cambial do Plano Real. A partir de março de 1995, sob influência da crise do México, o governo passou então a tentar corrigir este erro através de um processo de reajustes homeopáticos da taxa de câmbio. Este tratamento implicou em uma desvalorização continuada da taxa de câmbio em cerca de 7% ao ano, elevando a cotação do real para o valor de 1,21 R\$/US\$ que vigorava antes do início da flutuação do câmbio.

Alguns economistas procuram explicar a grande desvalorização do real que vem ocorrendo atualmente como resultado de um erro na dosagem da desvalorização. Neste sentido, o problema fundamental estaria no percentual de reajuste do câmbio que deveria ter sido maior do que 7% ao ano. A meu ver, este tipo de crítica é semelhante a culpar a companhia que produz cerveja toda vez que um bêbado causa

um acidente de trânsito. Me parece que a culpa deveria recair sobre o motorista embriagado e não sobre o produtor de cerveja.

No caso da grande desvalorização do real, observada em janeiro, temos um fenômeno semelhante. Esta desvalorização excessiva vem ocorrendo não por que a velocidade de desvalorização do câmbio estava muito lenta mas, sim, porque os fundamentos fiscais da economia estão errados. Desde o início do Plano Real faz parte do discurso do governo ressaltar a importância de, nas palavras do ministro Malan, "criar um Estado que caiba dentro de si mesmo". Contudo, o discurso a favor do ajuste fiscal tem sido apenas letra morta na propaganda oficial.

É o descontrole das contas públicas nas três esferas de governo que gera a descrença quanto às perspectivas futuras da economia brasileira. Esta, por sua vez, faz com que os dólares saiam do país, provocando uma perda grande de reservas e a desvalorização cambial. É importante deixar claro que não estou dizendo que a taxa de câmbio não estivesse sobrevalorizada até dezembro de 1998. Não há dúvidas de que ela estava sobrevalorizada, talvez só Gustavo Franco diria que não. O que estou argumentando é que esta sobrevalorização não pode explicar as turbulências que foram geradas nos mercados de câmbio. As explicações devem ser buscadas no descontrole fiscal e no crescimento da dívida pública. Mesmo tendo incorrido no pecado original da sobrevalorização cambial no início do Plano Real, a situação brasileira poderia estar muito mais estável hoje se o problema fiscal tivesse sido enfrentado de forma mais contundente.

O esforço fiscal do governo durante todos estes anos do Plano Real ficou limitado ao contínuo aumento de impostos. O governo chegou ao cúmulo de

implementar um aumento "provisório" de 0,20% para 0,38% em um imposto "provisório", a CPMF. Mas se a arrecadação está crescendo, como explicar os contínuos déficits e o aumento da dívida pública? Parte do crescimento da dívida pública federal está associado não aos déficits correntes mas, sim, à retirada de certos "esqueletos" do armário. Neste caso, não se trata de um passivo novo, mas sim do simples reconhecimento e explicitação de um passivo antigo já existente. O melhor exemplo disso é a renegociação das dívidas públicas estaduais, que sozinha aumentou a dívida federal em 100 bilhões de reais.

Infelizmente, a explicação simplista dada por alguns que o problema do déficit público está só, ou majoritariamente, no pagamento de juros elevados pelo setor público federal, não condiz com a realidade dos fatos. Não resta dúvida de que, após a crise da Ásia, e principalmente ao longo de 1998, a conta de juros tornou-se, junto com o déficit da previdência, na grande fonte de déficits no governo federal. Contudo, para o período anterior à crise asiática não é possível fazer esta afirmação. Durante a maior parte do Plano Real o déficit público foi causado por aquilo que os economistas chamam de déficit primário, isto é, as contas de gastos menos arrecadação do governo federal, sem levarmos em conta o pagamento de juros.

A situação fiscal só não é pior porque o governo federal, e também vários governos estaduais, tem usado as receitas de privatização para tentar equilibrar as contas públicas. Esta é, contudo, uma solução viável apenas a curto prazo. A médio e longo prazo a única alternativa viável é, como dizem os economistas, respeitar a restrição orçamentária intertemporal do governo. Em outras palavras, o governo tem de se comportar como os demais agentes da economia e não gastar mais do que arrecada.

EDUCAÇÃO

Fabrícia Osanai



Faculdade de Educação: Formação profissionalizante dos docentes começa a ser questionada na Ufrgs

Institutos Superiores aceleraram o debate sobre futuro das licenciaturas

A reforma educacional colocada em marcha pelo governo federal pretende estabelecer um novo padrão na formação de professores para a Educação Básica. Já tramita no Congresso um projeto que cria os Institutos Superiores de Educação (ISE), instituições não universitárias e de caráter estritamente profissionalizante. O objetivo de um ISE é formar um professor rapidamente, de forma prática e a um custo acessível. Pela agenda do governo, ainda em 1999, será aprovado o projeto. Se for aprovado na sua atual versão, uma pergunta deverá ser respondida: o que vai diferenciar um docente formado num ISE de outro capacitado numa universidade? Em resumo, quais serão os compromissos dos ISEs com a capacitação científica e cultural dos futuros professores da Educação Básica? Tais questões são relevantes, pois a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação nacional prevê que a formação de professores se dará tanto num ISE quanto numa universidade.

Os profissionais da área de licenciatura estão envolvidos nesse debate, procurando sistematizar essas questões e formular um novo projeto institucional para as licenciaturas. Na Ufrgs, foi criado, ainda em 1994, o Fórum das Licenciaturas, sob a chancela da Pró-Reitoria de Graduação. O Fórum vem desenvolvendo uma série de atividades sobre o tema e planejou para 1999 o programa "O futuro das licenciaturas na Ufrgs", cuja primeira etapa se constitui na realização de seminários durante o primeiro semestre

deste ano. O objetivo do programa é delinear uma alternativa para que o projeto do governo não seja o único a ser discutido. "O trabalho do fórum é aprofundar a reflexão sobre a formação dos professores nas universidades, e agora está empenhado em definir ações imediatas para essas novas demandas trazidas pela nova LDB", diz a presidente do Fórum, professora Sônia Ogiba.

Na sua visão, a criação dos ISEs acarretará uma perda de critérios básicos na qualificação de professores. "A formação do magistério deve ser feita num local de produção de conhecimento e em contato com a realidade social", ensina a presidente do Fórum. Com o projeto do governo, Ogiba estima que haverá uma desqualificação da profissão que, num futuro próximo, será refletida na questão salarial. Para "puxar esse remo" contra a correnteza, explica Sônia Ogiba, a Ufrgs tem procurado sensibilizar as demais universidades da Região Sul. "A receptividade nas outras instituições de ensino tem sido boa, somos procurados por outras universidades para discutir o assunto e tentar encontrar uma saída".

Se o futuro das licenciaturas está indefinido, pelo menos uma certeza os professores da Ufrgs já têm: com a criação dos ISEs haverá duas categorias de professores para o Ensino Básico: uma capacitada nas universidades, cujo diferencial é a pesquisa, e a outra atenderá somente às demandas de uma formação rápida em instituições isoladas.

Cursos Seqüenciais: início de conversa

Jaqueline Moll e Nalú Farenzena,
professoras da Faced/Ufrgs

A nova LDB, ao nomear os cursos e programas da Educação Superior inclui, entre estes, os "cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino" (art. 40, I). Esta nova modalidade de Educação Superior tem sido objeto de sucessivos estudos e propostas de regulamentação por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE), desde 1997, sendo que, atualmente, conta-se com um Parecer sobre a matéria (968/98 da CES/CNE), acompanhado por um Projeto de Resolução, aprovados pelo Conselho e submetidos à homologação do MEC.

O documento apresenta os cursos seqüenciais como conjunto de atividades sistemáticas de formação –alternativas ou complementares aos cursos de graduação. Ou seja, não equivalem à graduação, o que cria mais um degrau na hierarquia dos cursos superiores. Desta forma, podem ser cursados por todos que concluíram o ensino médio. No texto, combinam-se dois tipos de destinação dos cursos com duas modalidades, definidas pela duração: (1) curso seqüencial superior de formação específica, com destinação coletiva, contemplando, no mínimo, 1600 horas e 400 dias letivos, que dá direito a um diploma; (2) curso seqüencial superior de complementação de estudos, articulado, ao menos em parte, às disciplinas do(s) curso(s) de graduação, com duração mínima flexível, dando direito a certificado e podendo ser proposto por pessoas interessadas (destinação individual) ou pela instituição (destinação coletiva).

Embora o Parecer destaque a "novidade" destes cursos no cenário da Educação Superior, propostas semelhantes já foram implementadas desde a década de 60; mais especificamente, os cursos seqüenciais de formação específica "guardam as grandes linhas que marcaram a proposição dos cursos de engenharia de operação e das carreiras de curta duração, de onde surgiram os cursos de formação de tecnólogos: atender a demanda por ensino superior sem afetar as carreiras de nível superior tradicionais; ter uma formação menos densa e duração reduzida; expedir certificados e diplomas diferenciados." (SOARES, Rosemary D. *Os cursos seqüenciais: seu histórico e suas propostas*, 1999, p. 19)

Não há dúvida de que no contexto das universidades públicas é necessária a maximização dos recursos tanto para a ampliação do acesso à educação superior quanto para responder às crescentes demandas, em termos de formação humana. Contudo, tais exigências precisam ser balizadas pelos parâmetros de qualidade contidos no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A perspectiva aberta pelos cursos seqüenciais possibilita a criação de modalidades abreviadas de formação que reforcem a "indústria de certificação". Ao mesmo tempo, não qualificando adequadamente nem para as exigências do mercado, nem à formação mais ampla e densa exigida para a cidadania.

Este é um tema sobre o qual precisamos nos debruçar, passível de sedução por cantos de sereia, seja por possíveis incentivos da política governamental, seja pelas demandas e atrativos do mercado. A diversidade, a flexibilidade e a atualização necessárias às IES não dispensam discussões, avaliações e decisões coletivas quando o que está em jogo é parte de um projeto mais amplo de educação.

CONJUNTURA NACIONAL

Cai a máscara do presidente

Considerado político experiente e preparado, Fernando Henrique Cardoso conquistou o segundo mandato presidencial mas não conseguiu evitar o estouro da crise econômica que fulminou o Plano Real, seu principal garoto-propaganda. Com a perda de muitos aliados e propositores, ele mostrou-se incapaz de antecipar medidas que evitassem o desastre maior.

James Görgen

A demora em tomar as rédeas do país fez logo duas vítimas: a popularidade e a imagem do presidente como articulador político e homem público. Em 18 de janeiro, o jornal *Folha de São Paulo* publicou levantamento onde deputados e senadores tinham o presidente em melhor conta do que a população. Para 55% dos congressistas que assumiram em 1º de fevereiro, o governo Fernando Henrique Cardoso era ótimo ou bom. Na última pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 1998, apenas 35% dos entrevistados tinham a mesma opinião.

Não basta uma crise, por mais grave que seja, para desmantelar tão rapidamente o íbope de um presidente que chegou a ser aprovado por mais de 70% dos brasileiros. Cientistas políticos e parlamentares acreditam que ainda no primeiro mandato FHC começou a abrir a cova onde está sendo levemente enterrado. "O presidente está sendo vítima de um caminho que ele mesmo construiu", observa o deputado federal José Genoíno (PT-SP). "Tudo começou com a necessidade de aprovar a emenda da reeleição", assegura o senador Pedro Simon (PMDB-RS), um dos homens que mais conhece os meandros do poder em Brasília.

Sustentado por uma coligação formada pelos partidos mais fisiológicos do país, FHC já vinha governando mediante troca de favores, prática tradicional no país do "alpinismo político". Toda a prioridade do governo foi voltada para o Congresso Nacional, onde o texto que possibilitaria a nova candidatura do presidente teria de ser apreciado. "A emenda fez com que ele tivesse de fazer muitas concessões. Deu certo. Mas o preço do desgaste foi grande", afirma Simon. "Até hoje ele tem o Parlamento a seu dispor, mas é óbvio que paga caro por isso, mantendo a troca de favores para a aprovação dos projetos de interesse do Executivo", analisa o chefe do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Ufrgs, Benedito Tadeu César.

Resultados práticos

Satisfeito com o resultado de tamanho empenho, e com o real indo de vento em popa, FHC decidiu mostrar serviço. A ordem do dia passou a ser as reformas na Constituição. A eleição estava próxima e a opinião pública precisava ver resultados práticos na gestão que pleiteava um segundo mandato. Veio, então, a aprovação das polêmicas reformas da Previ-

dência e Administrativa. Parecia que o barco começaria a deslizar em um mar de prosperidade.

Parecia. Então, um vagalhão de proporções macroeconômicas encobriu o Brasil e o mundo. Era outubro de 1997 e o êxito de um grupo de economias identificadas como os Tigres Asiáticos simplesmente naufragou. A onda da globalização se incumbiu de espalhar as crises geradas no Oriente para todo o planeta. Quase uma dezena de bilhões de dólares deixou o Brasil em menos de uma semana. FHC e sua equipe econômica agiram rápido. Na mesma semana, um pacote de 51 medidas de ajuste aumentou impostos, cortou gastos e criou mecanismos para recuperar as reservas perdidas. A sangria foi contida.

Água no Plano

Em maio de 1998, outra explosão. Crise na Rússia. O governo de Boris Yeltsin decreta moratória. Novamente, montanhas de dólares eletrônicos migram do Brasil em busca de mercados mais seguros. Faltavam cinco meses para a tão sonhada reeleição. O Plano Real não podia fazer água agora. FHC vai à televisão dizer que o primeiro passo estava consolidado. A estabilidade econômica era uma realidade. Estava na hora de ir adiante tomando medidas duras que garantissem a consolidação da política econômica. A oposição se colocava nas ruas dizendo que tudo não passava de um engodo. No Nordeste, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) organizavam saques. A fome e o desemprego eram os efeitos mais nefastos da tão badalada globalização. Para onde quer que se olhasse, a campanha estava nas ruas.

Mais uma vez se impõe a pergunta: cercado de economistas competentes e ele mesmo um sociólogo gabaritado, não estava na hora de Fernando Henrique dar uma guinada na política econômica para evitar o pior? A resposta parece clara. Se o final do Plano Cruzado, em 1986, foi cunhado por um estelionato eleitoral protagonizado pelo PMDB, o martírio do real foi protelado pela possibilidade da reeleição. Terminada a apuração e constatada a vitória, em novembro vieram os primeiros sinais da crise. "Desde maio, sabia-se que o Brasil estava quebrado. No entanto, houve uma omissão meio deliberada e uma tentativa de se prorrogar os efeitos da crise", constata o professor do Departamento de Ciência Política do IFCH da Ufrgs, Eduardo Corsetti. Para o cientista político, não houve maquiavelismo da parte do

Sua aparente incompetência ficou ainda mais exposta depois da posse e deu no que deu: desvalorização do real, ameaça da volta da inflação e previsões de crescimento negativo e aumento do desemprego até o final deste ano. A pergunta que todos se fazem é: ele não quis, não soube ou simplesmente não conseguiu antecipar-se à catástrofe detonada em janeiro?

presidente, mas talvez teimosia e arrogância. "Como o modelo econômico teve uma biografia relativamente exitosa, legitimou-se uma certa cumplicidade de omitir informações negativas com a segurança de que elas teriam um efeito curto", acredita Corsetti.

Perdas importantes

Um mês antes de maio, FHC perdeu importantes aliados. No intervalo de uma semana, morreu o ministro das Comunicações, o tucano Sérgio Motta, e o líder do governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). Os dois faziam parte da pequena corte que tinha acesso direto ao Palácio do Planalto e chamava o presidente de Fernando na intimidade. Estas duas perdas no cenário político colaboraram para a criação do mito: o presidente se isolava cada vez mais.

Alta dos juros, aumento de impostos, necessidade de um ajuste fiscal, retorno da ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) no cotidiano político e econômico da nação. Os preparativos da posse de Fernando Henrique Cardoso foram cercados de previsões pessimistas dos mais renomados economistas do mundo. Não se discutia mais se o país estava quebrado. A curiosidade era descobrir de quanto seria a ajuda internacional para que as reservas de dólares do Brasil não fossem totalmente queimadas e quem colocou o grampo telefônico no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esta armadilha resultou na demissão de três importantes colaboradores do governo. Com experiência de mercado, o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o presidente do BNDES, André Lara Resende, e o vice-presidente do Banco, Pio Borges, faziam o contraponto à acadêmica equipe liderada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Veio o dia 1º de janeiro. Muitos esperavam que na hora de colocar a nova faixa presidencial, cravejada de diamantes, FHC iria apresentar um Ministério de notáveis para reverter o desastre iminente. Parecendo de mãos amarradas, o presidente hesitou mais uma vez e nomeou gestores, no lugar de propositores, além de manter muitas figuras carimbadas no governo. "A demissão de Gustavo Franco da Presidência do Banco Central deveria ter acontecido em 1º de janeiro e não 15 dias depois", reclama o senador Pedro Simon. Qualquer um podia ver que o descontrole era a única estratégia do governo. O Rei estava nu para quem quisesse ver.



FHC faz esforço para manter a última palavra

Se questões comezinhas dominaram a política neste tempo todo,

quem governou o Brasil de fato, perguntam-se os analistas de plantão. Com os episódios que antecederam a posse do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso ficou claro que o presidente estava fazendo um esforço grande para continuar mantendo a última palavra. Cercado de tecnocratas formados nas melhores instituições do país e do exterior, o presidente acendeu uma vela para Deus e outra para seu colega do tridente quando resolveu manter no governo duas correntes que passaram a praticar queda-de-braço a respeito dos rumos da economia. De um lado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o até então presidente "inexível" do Banco Central, Gustavo Franco. Na raia oposta, o ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que seria promovido ao natimorto Ministério da Produção, e o ministro da Saúde, José Serra. Com tanta disputa de poder, fica difícil saber se houve

tempo para governar.

O primeiro grupo apostava no ente mercado, juros altos e câmbio fixo (a famosa âncora cambial) para administrar a economia. A turma de Serra acreditava numa política praticamente inversa, onde a palavra de ordem era (e é) o desenvolvimento com investimento no capital produtivo e nas exportações, o que se faz com juros baixos. "Fernado Henrique queria as duas linhas no governo para ficar de mediador", analisa o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao lembrar que o debate sobre a desvalorização do real vinha sendo travado durante toda a época da campanha presidencial. Com o episódio do grampo telefônico, Mendonça de Barros foi catapultado do governo junto com o próprio presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, que vinha prestando consultoria direta a FHC.

Foi assim –desprovido de metade de sua consciência econômica– que o

presidente entrou na maior crise que um governo poderia atravessar no início de mandato. Dominado por uma ala de tecnocratas, FHC passou da hesitação para a resignação. "Parece que neste momento o poder está nas mãos dos técnicos do governo", observa o chefe do Departamento de Ciência Política do IFCH da Ufrgs, Benedito Tadeu César.

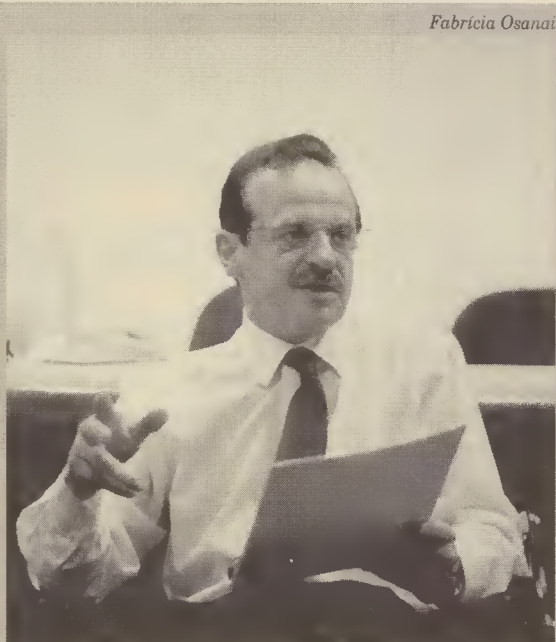
"O Planalto não está refém de ninguém", discorda Simon. Para o político gaúcho, o governo precisa realizar um diálogo nacional para o Brasil encontrar a sua política de globalização. "É preciso sentar, mostrar os números e tentar uma proposta", sugere o senador. "Os tecnocratas não têm uma visão estratégica de Nação a não ser a de entrar no filme da globalização a qualquer preço, mesmo que seja de extra", entende o professor da Ufrgs.

Político experimentado, Fernando Henrique sabe quantos pontos de popularidade significa baixar a cabeça em público. Continua querendo mostrar que ele é quem manda. Es-

ta conduta se revela na ferrenha convicção de que está no caminho certo ao aceitar as orientações do FMI para sair do buraco em que se meteu. "É como se para ele a adoção dessa política fosse um imperativo histórico, inescapável", escreveu o diretor de Redação do jornal *Folha de São Paulo*, Otávio Frias Filho.

A arrogância também se eviden-

cia quando o governo precisa fazer uma medida passar no Congresso. Os parlamentares conseguem arrancar tudo que precisam, mas a vitória continua sendo creditada às articulações do presidente. "Falta um projeto nacional além da manutenção do poder", ensina o professor Tadeu César. Quando um presidente do Banco Central nem toma posse e é substituído por um ex-funcionário do maior especulador do mercado financeiro mundial e parente distante do senador Antônio Carlos Magalhães, pode-se concluir que o presidente está longe de alterar seu próprio destino. "O governo está se dissolvendo", prevê Tadeu César.



Tarso: Sugestão de renúncia vira polêmica nacional

Genro quer antecipar o desfecho da crise

"Após frustrar, irremediavelmente, a generosa expectativa da nação, resta a Fernando Henrique uma única atitude: reconhecer o estado de ingovernabilidade do país e propor ao Congresso uma emenda constitucional, convocando eleições presidenciais para outubro, dando um desfecho racional ao seu segundo e melancólico mandato, que terminou antes mesmo de começar." Em um momento tão crítico, nada poderia ter causado mais alarde do que uma proposta dessas. Com todas as letras, foi esta a sugestão do ex-prefeito de Porto Alegre, o petista Tarso Genro. O artigo *Por novas eleições presidenciais*, publicado na *Folha de São Paulo* do dia 25 de janeiro, pregava isso e muito mais, depois de constatar que a decisão de inserir o Brasil como nação soberana no cenário internacional é o "mais grave desafio da história da República". "O governo brasileiro já não dirige o país", afirmou o líder petista, para quem a prerrogativa de governar está hoje na mão dos "gestores dos organismos financeiros das grandes potências" e dos especuladores internacionais.

Vindo de quem vem, poderia ser só mais uma provocação da oposição. Foi assim que a maioria dos críticos tratou a proposta. FHC taxou logo de golpismo, adjetivização logo multiplicada aos quatro ventos a partir da coluna do jornalista Elio Gaspari. Dentro do Partido dos Trabalhadores, o artigo foi tratado como uma tentativa de Genro se aproximar da ala mais radical, para ter maiores chances quando lançar seu nome à Presidência Nacional do PT. O ex-prefeito recebeu críticas até da estrela maior do partido, o presidente de honra Luiz Inácio Lula da Silva.

Até certo ponto previsível, a reação do presidente da República, de seus fiéis escudeiros e do corporativismo petista, que raramente admite manifestações espontâneas de seus filiados, não causou espanto. Apesar de não incentivar a renúncia, o silêncio de muitos analistas políticos foi a novidade. De uma forma ou de outra, confirmou a tese que a ingovernabilidade é um fato dado e algo precisa ser feito para impedir um desastre maior. "Antecipar esta possibilidade é um alerta importante", comentou o professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs, Eduardo Corsetti, sobre a proposta de Genro. Talvez não seja à toa que o assunto foi logo varrido para baixo do tapete. Das duas, uma: ou a idéia era muito ruim, ou poderia emplacar.

JURÍDICO

Advogados estudam brechas em projeto que criou contribuição dos aposentados

Definitivamente, o Brasil não parece ser um país sério. Para desespero dos servidores públicos, a Câmara dos Deputados aprovou, na noite do dia 20 de janeiro, um projeto de lei que a mesma casa havia rejeitado por quatro vezes. Da noite para o dia, parlamentares mudaram de opinião e resolveram votar a favor do texto que cria a contribuição previdenciária para aposentados e aumenta a alíquota dos funcionários da ativa. O argumento: a crise que ameaça o Brasil de ir à bancarrota tornava imprescindível a aprovação do compromisso do ajuste fiscal. Só assim o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras liberariam o apoio de US\$ 41,5 bilhões. Referendado cinco dias depois pelos senadores, o texto tem diversas brechas jurídicas que passaram a ser questionadas, já no dia seguinte, pelas entidades de classe das categorias afetadas.

Aqui no Rio Grande do Sul, a assessoria jurídica da Associação de Docentes da Ufrgs (Adufrgs) está encarregada de congregar sindicatos e associações para iniciar um movimento único. "Esperamos que o Judiciário não entre na chantagem do Executivo", afirma o advogado Felipe Dresch da Silveira, um dos encarregados da elaboração da ação coletiva, referindo-se à pressão imposta ao Congresso. Sem querer levar a culpa pelo agravamento da crise, nas últimas semanas, os parlamentares estariam apoiando todas as medidas propostas pelo Governo Federal.

Tabela progressiva

Aprovada por 334 votos contra 147 e quatro absenções, a contribuição começará a valer a partir de 1º de maio. Pelo texto, só ficam livres da mordida os aposentados por invalidez, os inativos que ganham menos de R\$ 600 e os com mais de 70 anos que rece-

bem menos de R\$ 3 mil por mês. Nos demais casos, a alíquota será aplicada de forma progressiva: 11% para quem ganha até R\$ 1,2 mil sobre o que exceder R\$

600; 20% sobre o que exceder R\$ 1,2 mil para os que ganham até R\$ 2,5 mil e 25% para os que ganham acima de R\$ 2,5 mil sobre o que exceder este valor. Para os funcionários da ativa, que já contribuíam com 11% para a Previdência, vale a mesma tabela de progressividade usada para o cálculo do desconto dos aposentados e pensionistas.

Progressividade. Esta é a palavra estranha ao tema da Previdência para muitos advogados. Segundo Dresch da Silveira, vários cálculos atuariais demonstram que os funcionários públicos da ativa já contribuem em valor suficiente para a Previdência. Atualmente, argumenta o advogado, o desconto de 11% de um servidor da ativa cobre a contribuição de outros três servidores. Como a relação funcionário/aposentado ainda nem alcançou a proporção de um para um, estaria entrando dinheiro a mais. "A Previdência não revela a arrecadação com o funcionalismo", afirma. Neste princípio será fundamentado uma das várias brechas jurídicas para o questionamento da matéria.

Equiparação injusta

Outro furo deixado pelo novo texto diz respeito aos aposentados e pensionistas. Até então, os inativos do serviço público não descontavam porque a legislação simplesmente não previa tal contribuição. Com a reforma da Previdência, a legislação equiparou os funcionários do Estado à maioria dos princípios previstos pelas regras observadas pelos trabalhadores da iniciativa privada. Curiosamente, lembra o advogado, os aposentados e pensionistas do setor privado não contribuem para a Previdência. "Com tantos problemas, dá para supor que o acréscimo de receita arrecadada com este novo projeto será usado para outro fim", desconfia o assessor jurídico da Adufrgs.

O voto dos deputados gaúchos

Adão Pretto (PT)		NÃO
Adroaldo Streck (PSDB)	SIM	
Airton Dipp (PDT)		NÃO
Arlindo Vargas (PTB)	SIM	
Augusto Nardes (PPB)	SIM	
Carlos Cardinal (PDT)		NÃO
Darcísio Perondi (PMDB)	SIM	
Edson Menezes da Silva (PCdoB)		NÃO
Enio Bacci (PDT)		NÃO
Ezidio Pinheiro (PSDB)	SIM	
Fetter Junior (PPB)	SIM	
Germano Rigotto (PMDB)	SIM	
Jair Soares (PPB)		NÃO
Jarbas Lima (PPB)		NÃO
Luiz Mainardi (PT)		NÃO
Matheus Schmidt (PDT)		NÃO
Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	SIM	
Nelson Marchezan (PSDB)	SIM	
Nelson Proença (PMDB)	SIM	
Odacir Klein (PMDB)	SIM	
Oswaldo Biolchi (PTB)	SIM	
Paulo Paim (PT)		NÃO
Paulo Ritzel (PMDB)	SIM	
Renan Kurtz (PDT)		NÃO
Telmo Kirst (PPB)	SIM	
Valdeci Oliveira (PT)		NÃO
Waldomiro Fioravante (PT)		NÃO
Wilson Cignachi (PMDB)	SIM	
Yeda Crusius (PSDB)	SIM	

Professores estrangeiros têm direito à GED?

A assessoria jurídica da Adufrgs tem sido procurada por professores estrangeiros que tiveram o pagamento de 60% da GED suspenso. A Ufrgs alega que a GED é devida apenas para docentes efetivos em cargos públicos. Por força da Constituição de 88, os estrangeiros não podiam ocupar cargos públicos, razão pela qual ficaram excluídos da transposição para o Regime Jurídico Único. Cabe lembrar que o RJU transformou os antigos empregos de celetistas em cargos públicos.

Embora os professores estrangeiros estejam vinculados ao mesmo quadro de pessoal, com as mesmas denominações dos demais docentes (adjunto, titular, etc), eles prosseguem sendo vinculados à CLT. Todavia, a recente reforma administrativa retirou aquela antiga proibição de ocupação de cargos públicos aos estrangeiros. Assim, sugerimos que os professores estrangeiros requeiram administrativamente sua efetivação em cargos públicos, conforme modelo em anexo.

Se houver negativa por parte da Universidade, será ainda possível socorrer-se do Judiciário para restabelecer o pagamento da GED, bem como discutir a aplicação do RJU aos estrangeiros.

Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Profª Wrana Pannizzi

pedido de efetivação de professor estrangeiro

....., professor universitário, matrícula residente e domiciliado nesta Capital, na CEP inscrito no CPF sob nº vem, respeitosamente, ante Vossa Magnificência, apresentar o presente requerimento de efetivação.

1. O requerente é professor estrangeiro desta Universidade, sendo regido pelas determinações do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (Lei 7596/87). Face à vedação legal contida na Constituição Federal de 1988, não foi atingido pela transposição automática ao Regime Jurídico Único criado pela Lei 8112/90, ao contrário de seus colegas brasileiros.

2. Recentemente, dentre as inúmeras alterações sofridas pela Constituição Brasileira, em especial através da Emenda Constitucional 19, sobreveio a queda deste impedimento, que se manifesta de forma cristalina na nova redação dada ao artigo 37, inciso I:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

3. Portanto, deixou de existir o elemento proibitivo da transposição do requerente para o cargo efetivo, nos moldes estabelecidos no art. 243 do RJU o qual, no que toca aos estrangeiros, encontra-se revogado pela nova redação emprestada à Carta Magna.

4. Frente à efetivação, o autor faz jus, ainda, a todas as vantagens que a lei vier a conceder aos detentores de cargos efetivos, em especial ao pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), o que desde já requer.

5. Ante o exposto, requer seja deferida sua efetivação no cargo efetivo de Professor Adjunto a contar da promulgação da emenda Constitucional 19, bem como seja garantido ao requerente a percepção de todas as vantagens concedidas aos titulares de cargo efetivo, notadamente a GED.

Nestes termos, pede deferimento.
Porto Alegre, 21 de janeiro de 1999.

.....
prof.

(sob orientação da Assessoria Jurídica da ADUFRGS)

AMI – Declaração dos Direitos das Transnacionais para o Século XXI

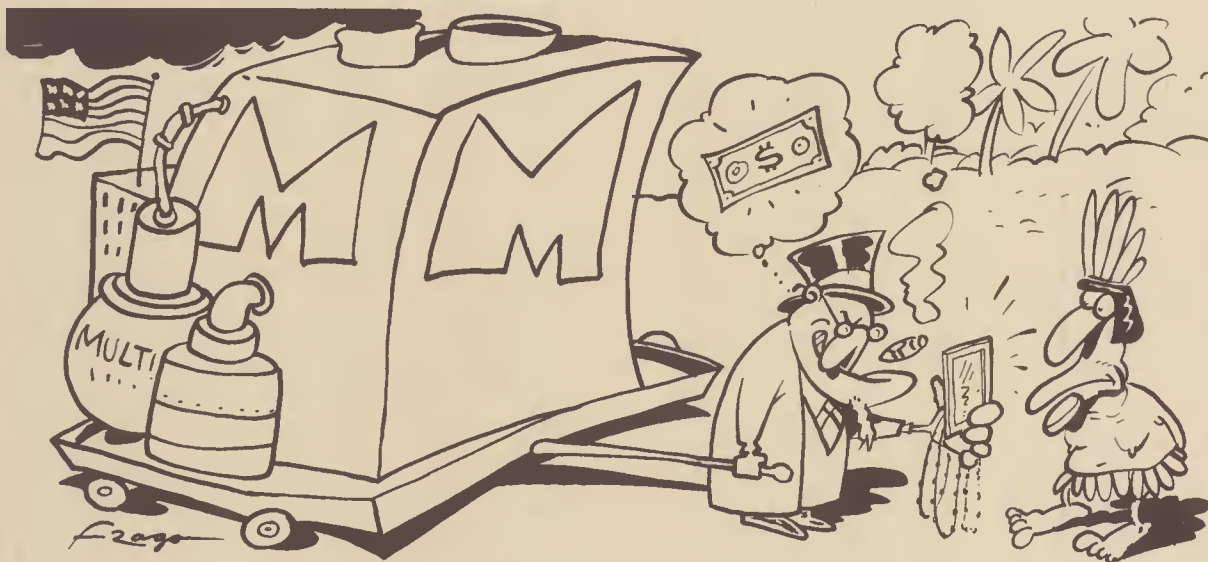
Enquanto a maioria da opinião pública mundial discute a crise do emprego no mundo e a defesa de direitos humanos, a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento da Economia), entidade baseada na Europa, dentre cujos 29 membros estão os países mais ricos do mundo, prepara, discretamente, o MAI (Multilateral Agreement on Investment) na imprensa nacional referido como AMI. Das rodadas participam oito países não associados como observadores: Brasil, Argentina, Chile, Estônia, Letônia, Lituânia, República Eslovaca e China.

O principal objetivo do tratado é eliminar todas as barreiras que obstaculizem os investimentos estrangeiros. Para isso, tais investimentos passariam a ter o mesmo status, logo, o mesmo tratamento legal dos investimentos nacionais. Visa regulamentações dos países receptores ao fluxo internacional de capitais. Nesse sentido, aliás, já existe o Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionados com o Comércio – ("TRIM's") mecanismo multilateral que promove a liberalização e a expansão dos investimentos no comércio, gerado sob controvérsias na Rodada do Uruguai da OMC. Está calcado no princípio da não-discriminação desfavorável aos estrangeiros e na obrigação de eliminar restrições quantitativas. Uma pauta oferecida quase que exclusivamente pelos Estados Unidos, com interesse subsidiário da União Européia e do Japão, embasa a ação destes na utilização de sanções comerciais contra países que não possibilitem livre conversibilidade de suas moedas, bem como na anulação dos compromissos impostos pelos governos receptores de investimentos quanto a conteúdo nacional de um produto e limites quanto à importação de componentes. Em outras palavras, o que a OMC significa para o livre comércio, o AMI pretende significar para o livre investimento de capitais.

O principal conceito do AMI é a não-discriminação: investidores estrangeiros devem ser tratados como se nacionais fossem. Pretende englobar investimentos diretos e indiretos, direitos contratuais, propriedade intelectual, concessões, entre outros. Tais atividades seriam protegidas mediante a garantia de compensação em caso de expropriações, e a livre remessa de lucros seria plena e absoluta. Algumas exceções são previstas para situações de graves problemas internos no âmbito de cada país, como segurança nacional e crises econômicas, mas seriam bastante limitadas.

Em suma, o AMI visa proteger os países signatários das eventuais restrições aos lucros. Logo, governos locais não mais poderiam estabelecer exigências sobre o ambiente, transferência de tecnologia, remessa de lucros, geração de empregos ou tempo de permanência no país.

Embora existam restrições e os países não tenham pressa para abrandá-las, os defensores do AMI, liderados pelo governo americano e corporações internacionais, esperam que o seu sucesso entre um pequeno grupo leve a uma participação mais ampla, dado que está aberto a qualquer país. Portanto, se tal monstruosa salvaguarda for concluída, será extremamente difícil a atração desses capitais mantendo-se de fo-



ra. É render-se, ou é retaliação, ou é guerra. O acordo iniciou os trabalhos em maio de 1995 e por ter a OCDE a tarja de elitista –seus membros produzem 2/3 da riqueza do globo– não se estranhe o fato de ter assumido o papel de capo, tutelando o investimento das grandes corporações industriais-financeiras, daí que, malgrado o trocadilho infame, está a gerar o próprio AMIgo da Onça.

O assombro, nessa ordem de idéias, é o fato de ocupar o Brasil o *locus* de ouvinte-observador. A perplexidade é saber se terá soberania para dizer não à adesão que implicitamente lhe está sendo imposta, considerando que não dispõe de tutela jurídica, nem internacional, nem interna. Reedita-se o imperialismo.

No Direito interno, mecanismos importantes, nos marcos da velha ordem econômica, visavam evitar que as riquezas fossem extraídas sem qualquer tipo de contrapartida: os procedimentos da Lei 4.131/62, destinados a estimular o reinvestimento, a obrigatoriedade do registro no Banco Central, imposto de renda suplementar, a atuação do Cade, o controle do IN-PI nas transferências de tecnologia, de franchising e patentes.

Essas limitações foram inviabilizadas pela própria lógica do capital, que impõe suas condições. Há outras medidas? A taxa proposta pelo Presidente da República de 0,5 % (taxa Tobin)? Poder-se-ia cogitar de um embate jurídico?

Perante o Judiciário, há a ação civil pública em defesa do patrimônio público –o mercado interno (art. 219 da CF/88) e a ação popular, quando os atos administrativos mostrarem-se danosos. O STF já considerou possível o Mandado de Segurança coletivo por entidade de classe que venha a ser prejudicada em razão das medidas de política econômica.

Agressão a direitos individuais conta com um grande arsenal processual, desde o *mandamus* às ações do direito comum. Contudo, o movimento globalizante, tendente a tornar inócuos os limites jurídicos internos para proteger o poder econômico privado, faz vergar o Estado. Impõe-se, como única saída para confronto de tamanhas dimensões, a união dos receptores, não afugentar mas atrair os capitais com compromissos e prazos de permanência, numa estratégia de integração atuando em bloco, a se antepor ao poderio neocolonialista, visando o desenvolvimento e proteção regional, no que se distancia da integração ao molde europeu, impli-

cando barrar a mercadoria estrangeira.

Mas ainda que tais contornos geopolíticos sejam alinhavados, não é possível aos governantes de Brasil, Argentina e Chile, ouvintes das rodadas do AMI, baixarem a guarda, considerando-se a macroestrutura sistêmica já posta desde as definições do Consenso de Washington para os 77 países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, a saber, o tratamento paritário do capital estrangeiro (EC Nº6-CF/88), reformas estruturais como as que se operaram na ordem econômica, dentre elas a privatização das Empresas Estatais, após a aprovação da Lei de Patentes. Ou seja, a beatificação do capital internacional já havia ocorrido! Somadas tais condições à atuação da OMC, o AMI virá acrescentar poder coercitivo, verdadeira salvaguarda a impedir as indesejadas restrições aos lucros.

Considerando-se os monopólios (patenteados) aos pacotes tecnológicos das transnacionais, o processo de privatização a galope desabalado sem que as agências de regulação dos mercados nas áreas da energia elétrica, das telecomunicações, do petróleo, dos portos e transportes rodoviários tivessem tempo de maturação adequado para um efetivo controle, não é de espantar, pois os ganhos pretendidos já estão sendo garantidos.

Com base em recente pesquisa do economista Domingos Rodrigues sobre a remessa de dólares para pagamento de dividendos, e no "Censo dos Capitais Estrangeiros", realizado pelo Banco Central do Brasil, o Engº. Edson Vaz Musa estima, no artigo "Por um punhado de dólares" publicado na Revista Insight, que a participação dos alienígenas em 9,48% do PIB, em 1995, mais do que quadruplicou, passando de U\$ 1 bilhão naquele ano para U\$ 20 bilhões em 1998, aí consideradas as privatizações, fusões, aquisições e joint ventures.

Em todo o mundo e no Brasil movimenta-se o Atac, no sentido de se bloquear esta verdadeira estratégia de desmantelamento do Estado, de exclusão de amplas parcelas da população dos benefícios dos serviços públicos, de aumento das diferenças entre ricos e pobres. E, efetivamente, destruído o Estado, a quem apelar na defesa dos direitos humanos?

Conclui-se, portanto que a "declaração dos direitos das transnacionais para o século XXI", ou seja, o AMI, é a verdadeira denegação dos Direitos Humanos voltado à conversão da pessoa em simples peça do mecanismo do lucro.

*Profª. Luiza Helena Moll (coordenadora), Dr. Ricardo Antônio Lucas Camargo, Procurador do Estado do RS e Doutor em Direito Econômico/ UFMG; e acadêmicos da Faculdade de Direito/ Ufrgs: Cristiane Winck Neumann, Paulo Marcos Führ, Ângelo Augusto B. Chiattoni.

Farhang Sefidvash / Escola de Engenharia da Ufrgs

Harmonia entre Ciência e Religião

A harmonia entre ciência e religião é essencial. Isto é devido ao importante papel que ambos desempenham na nossa vida como um todo. Para o indivíduo, a religião é a expressão da necessidade de autotranscendência, uma necessidade de sentir o propósito dado por Deus e não algo criado pelo homem. Para a sociedade, a religião representa a necessidade de unidade, amor, harmonia e cooperação. A ciência, por outro lado, representa a necessidade do saber, do compreender, de ganhar um domínio sobre nós mesmos e sobre o ambiente que nos cerca. Isto é verdadeiro tanto para o indivíduo que necessita conhecimento para se desenvolver em sua própria vida como para a sociedade que carece de um conhecimento organizado a fim de progredir.

A unidade entre a Ciência e a Religião

Quando o verdadeiro propósito e a verdadeira natureza da religião e da ciência são compreendidos, descobrimos não existir, de fato, nenhum conflito entre ambos. Nós descobrimos uma unidade essencial entre estas duas forças mais potentes que governam a sociedade humana, uma unidade que sempre existiu, mas que tem sido obscurecida e mal entendida.

Uma das razões para este aparente conflito é que as novas ciências são comparadas com as religiões antigas. A ciência moderna, a qual floresceu nos séculos 19 e 20 é, em realidade, revolucionária. As grandes e importantes descobertas que foram realizadas durante este último século não encontram paralelo em nenhum período da história da humanidade. Durante este mesmo período, no entanto, a religião, por ter passado o seu tempo, não foi doravante capaz de servir como uma fonte de inspiração para a humanidade. Assim, a nova ciência entrou em conflito com as religiões antigas. Por exemplo, em uma nova religião como a Fé Baha'i, este conflito não é encontrado. Este é um fato importante e deve ser devidamente considerado por todo aquele que, honestamente, esteja procurando adquirir uma compreensão clara sobre o problema. Os cientistas têm tido a tendência de assumir uma posição de ceticismo em relação à religião porque eles têm unicamente examinado as religiões antigas. Um cientista moderno, por exemplo, ridicularizaria quem julgasse a ciência atual com base no estudo da ciência de 500 ou 2000 anos atrás. Não obstante, o mesmo cientista julga todas as religiões sem examinar a forma moderna da religião, que não é senão a contraparte da ciência moderna.

O método científico

Existe uma unidade entre os vários ramos das ciências, o que quer dizer que uma verdade afirmada por um ramo da ciência não é rejeitada por outro. A razão para esta unidade é que todos os ramos da ciência empregam em suas descobertas o mesmo método científico.

O método científico consiste no uso sistemático e organizado de nossas várias faculdades mentais no esforço de chegar a uma compreensão coerente de qualquer fenômeno que esteja sendo investigado. É claro que cada ser humano conhece coisas e usa suas faculdades mentais para adquirir conhecimento. O que distingue o método científico é, no entanto, a sistemática, organizada, direcionada e consciente natureza do processo. Um cientista usa conscientemen-

te uma experiência ao realizar experimentos. Ele usa conscientemente a razão formulando hipóteses e utilizando a matemática para chegar a conclusões. Ele usa conscientemente a intuição ao meditar sistematicamente sobre os problemas.

O emprego do método científico não está apenas limitado ao estudo de um fenômeno particular. Ele pode ser usado para se estudar forças invisíveis, fenômenos misteriosos tão bem quanto ocorrências comuns do dia-a-dia. Falhar em apreciar a universalidade do método científico tem levado muitas pessoas a sentir que a ciência é meramente o estudo da matéria e trata puramente de fenômenos materiais.

Nós vemos que a base da ciência é o seu método e não qualquer objeto particular de estudo; e a ciência não somente se preocupa com o estudo da matéria mas também envolve o estudo de um fascinante mundo de energia e forças invisíveis. Quando aplicamos o método científico no estudo da matéria inanimada, temos a física e a química. A biologia é o resultado da aplicação do mesmo método científico no estudo dos seres animados. E quando o método científico é utilizado no estudo dos seres humanos, temos as ciências sociais. Nós temos a religião quando usamos o método científico para o estudo da força criativa invisível do universo que chamamos Deus.

Aplicação do método científico na Religião

A unidade da ciência está em seu método. A importância da religião está em sua meta e em seu conteúdo. A religião trata de questões fundamentais que são importantes para cada ser humano tais como o propósito da existência do homem, a possibilidade de vida após a morte, o significado do sofrimento, a existência do bem e do mal, etc. Uma vez que nós reconhecemos que a base da ciência é o seu método e que a base da religião é o seu objetivo de estudo, então a harmonia essencial entre a ciência e a religião

surge através da aplicação do método científico na religião. Qualquer dúvida a respeito da aplicabilidade do método científico na religião é devido a más concepções sobre a natureza do método científico e da natureza da religião.

O que é a Religião

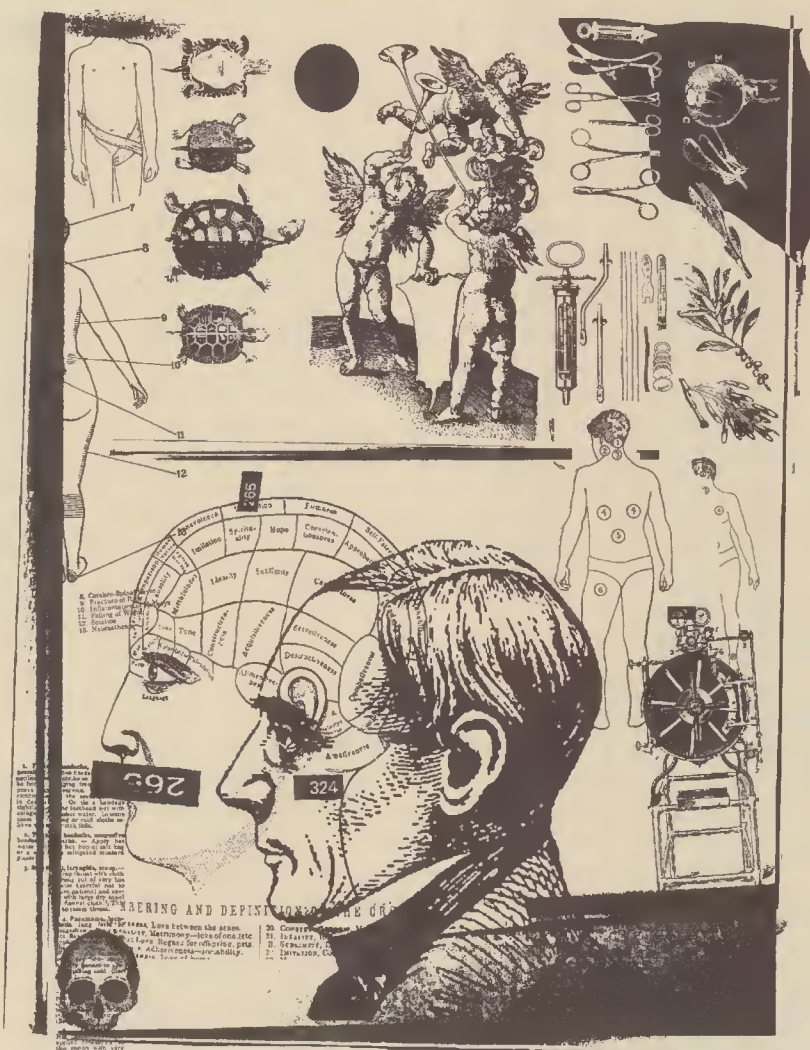
A religião é a conexão essencial que procede da realidade das coisas ou, em outras palavras, a conexão necessária que emana da realidade das coisas. A religião é basicamente uma forma de conhecimento, sendo que o seu objeto de conhecimento é o fenômeno da revelação, ou seja, a religião é o ramo do conhecimento que adota o fenômeno da revelação como o seu principal objeto de estudo. A rigor, a evolução social do homem se deve à periódica intervenção, dentro das atividades humanas, da força criativa do universo, Deus, através de uma revelação cujo portador é um Mensageiro divino. O propósito social da religião é criar uma base espiritual adequada ao progressivo desdobramento de uma ordenada vida social para a humanidade, desde que o homem é um ser espiritual criado por Deus, com um propósito espiritual dado por seu Criador.

O que é a Ciência

Um aspecto do conhecimento científico é a sua relatividade. Em virtude de a ciência ser o uso autoconsciente de nossas faculdades, nós percebemos que o homem não possui uma medida absoluta da verdade. Então, o que é a ciência? A ciência é um conjunto de declarações ou afirmações que são assumidas como verdades sobre a realidade. E então qual é o conteúdo para a identificação desta verdade científica? Nós temos o direito de aceitar uma declaração como uma verdade quando nós concluimos que a mesma é consideravelmente mais aceitável que a sua negação. Portanto, uma prova, em termos científicos, significa nada mais que o processo global através do qual nós concluímos que uma declaração é mais aceitável que a sua negação. Consequentemente, a possibilidade de uma prova absoluta não existe no domínio do método científico.

Conclusão

A harmonia entre religião e ciência é alcançada através da aplicação do método científico na religião. Esta harmonia é de primordial importância como citado por Abdu'l-Bahá, em uma de suas palestras em Paris: "A ciência e a religião são as duas asas sobre as quais a inteligência do homem pode voar às alturas, e com as quais a alma do homem pode progredir. Não é possível voar com uma asa somente! Se um homem tentasse voar apenas com a asa da religião, ele cairia rapidamente no pântano da superstição, enquanto que, por outro lado, apenas com a asa da ciência ele não faria progresso; antes, ele cairia no lodaçal desesperador do materialismo. Quando a religião, despojada de suas superstições, tradições e dogmas ininteligíveis, mostrar sua conformidade com a ciência, então haverá uma grande força unificadora e purificadora no mundo que irá varrer todas as guerras, desentendimentos, discordâncias, lutas e, então, a humanidade será unida no poder do amor divino". (<http://www.bahai.org>)





Marcos Rolim / Deputado Federal – PT/RS



Um olhar sobre as gangues

Sempre entendi que deveríamos olhar a juventude como quem decifra signos. De fato, talvez a juventude seja um emblema. Naturalmente estranha, sempre inadaptada, a juventude é este “vir a ser: uma incompletude cujos sentidos devem ser descobertos. Os fenômenos das “gangues” e das “galeras” que povoam os espaços urbanos de países como o Brasil ainda está por merecer uma avaliação mais cuidadosa. Neste vazio, ganha especial relevo a obra de uma pesquisadora cearense de nome Glória Diógenes que acaba de lançar um livro intitulado: “Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e movimento hip hop” (Ed. Annablume, 1998). Trata-se de um trabalho impressionante que deveria ser leitura obrigatória para todos aqueles que trabalham com adolescentes.

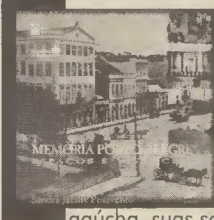
A autora vai demonstrando como o fenômeno das “gangues” funciona como um modo de inclusão social às avessas. Isso pode ser compreendido a partir de

exemplo: a existência de um discurso de valorização do trabalho ao lado da dissolução do “mundo do trabalho” e da realidade efetiva do desemprego: ou os apelos publicitários para o consumo e integração de todos ao mercado ao lado da impossibilidade dramática de acesso a bens e serviços e de espaços urbanos já concebidos a partir de regras de segregação. A organização do tipo “ganga” oferece a possibilidade da construção de sentidos que, mesmo pela negação muitas vezes violenta do outro, não deixam de expressar formas de resistência. Assim, a ética do trabalho passa a ser negada: o que é sensível nas gírias mais comuns. “Otário”, por exemplo é aquele que trabalha muito e ganha pouco e, é claro, “o trabalho não compensa”; quem “se garante” é aquele que “descola a grana” que precisa para ter acesso aos bens de consumo que são sinais de distinção social. O nomadismo das gangues, de outra parte, oferece “visibilidade”, àqueles que jamais mereceriam qualquer “olhar”

distinto da indiferença. Como se sabe, jovens da periferia costumam despertar a “atenção”, quando muito, da polícia. Antes das gangues, é como se eles não existissem. Para estes jovens, então, “consumir” a cidade da qual foram banidos, realizar sua inscrição nos registros dos quais foram proscritos (grafites), adornar-se com elementos estéticos dos quais foram expropriados é, finalmente, “ser jovem”!

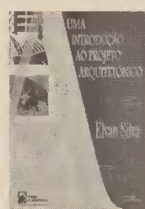
Nas gangues e galeras, especialmente nas periferias – mas não apenas nelas – concentram-se os impasses desta época. Os valores que estruturaram estes movimentos são, muitas vezes, opostos àqueles sedimentados pela idéia de “civilização”. O problema é que é esta própria idéia de “civilização” que parece estar em cheque ao final do século. As gangues, por isso mesmo, talvez nos ofereçam, mais do que uma ameaça, um lamento. Algo que é preciso escutar e compreender, se quisermos ter alguma chance de intervir no processo para além da lógica da violência.

ORELHA



Memória Porto Alegre - espaços e vivências
Sandra Jatahy Pesavento (coord.)
Realiza um inventário das diferentes formas urbanas da capital

gaúcha, suas socialidades e seus espaços existenciais nos quais as experiências da vida na cidade estão enraizadas. Editora da Universidade. p191.

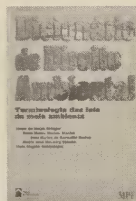


Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico
Elvan Silva

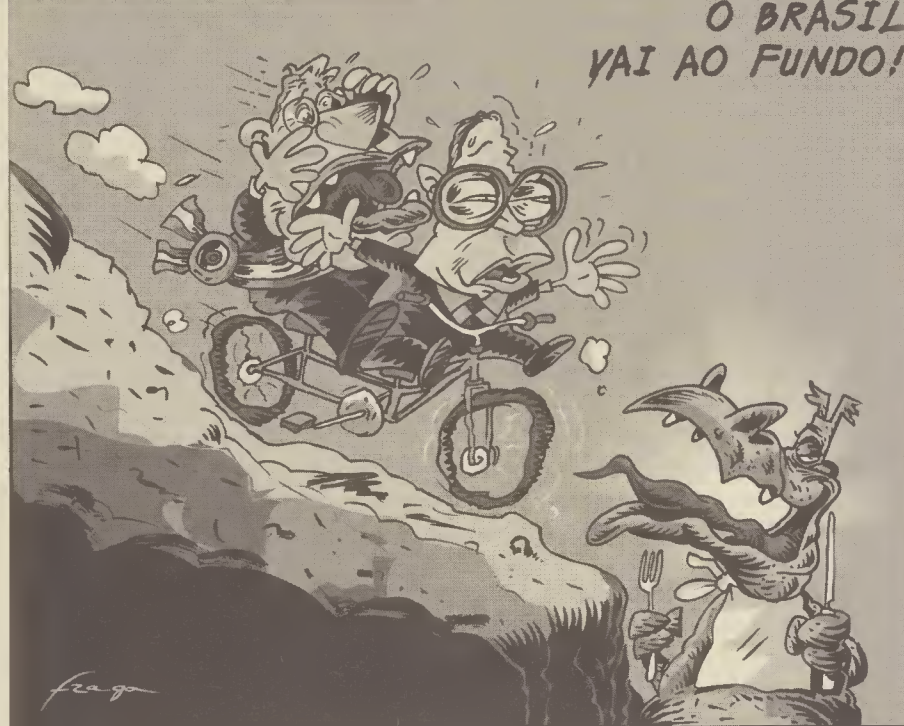
Referencial teórico que organiza e relaciona os elementos constituintes do fenômeno projetual da arquitetura. Editora da Universidade. p125.

Dicionário de Direito Ambiental
Maria da Graça Krieger et alii

Dois mil verbetes da terminologia das leis do meio ambiente, com termos equivalentes em espanhol e inglês. Acompanha versão em CD. Editora da Universidade. p 511.



AD NAUSEAM



HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

Cinema

☒ www.uol.com.br/webcine
Página dirigida ao cinema brasileiro.

Internet

☒ www.whatis.com
Dicionário de termos técnicos utilizados na rede.

"A Universidade tem crise de financiamento, não de produtividade"

As 54 instituições federais de ensino superior respondem pela quase totalidade da pesquisa científica realizada no Brasil. No entanto, os orçamentos das agências de fomento à pesquisa (como CNPq, Capes e as fundações estaduais de amparo) são minguados e devem ficar mais enxutos devido ao ajuste dos gastos públicos. O número de bolsas para desenvolvimento de projetos e para formação de docentes de nível superior, que já não atende a demanda reprimida, deve baixar ainda mais. Para driblar a crise, muitas universidades saem em busca de parcerias e, até há pouco tempo, nenhuma regulamentação existia sobre o que é desenvolvido sob a tutela e custos da universidade. Um produto ou invento poderia passar para uma empresa privada, que não teve que realizar investimentos para o desenvolvimento da novidade. Agora, a coisa mudou. O que é produzido dentro da universidade, pertence à instituição. Para conversar sobre esse assunto, ADVERSO entrevistou a Pró-Reitora de Pesquisa da Ufrgs, Maria da Graça Krieger.

ADverso – Em meio à crise no financiamento das universidades públicas, as instituições têm procurado ampliar os recursos para pesquisa através de parcerias. Como é desenvolvido esse trabalho na Ufrgs?

Maria da Graça Krieger – A Pró-Reitoria de Pesquisa tem um escritório de assessoria a projetos, atualmente sediado no Campus do Vale, que realiza esse trabalho. A aproximação universidade empresa tem crescido muito. Porque a Universidade tem uma crise de financiamento, não de identidade nem de produtividade. Ao contrário, a produtividade tem sido muito marcante e a atualidade da universidade é incontestável. Cada vez mais temos sido procurados por empresas que querem parcerias. São empresas da área química, das áreas tecnológicas, temos convênio com o pólo petroquímico, nas áreas de informática, engenharia e física, por exemplo. Mas isso não significa que vise à manutenção da universidade. O aporte que vem das empresas poderá auxiliar nos projetos, mas não é da competência das empresas a manutenção da universidade, que deve vir do governo federal.

Adverso – E como fica a questão da propriedade intelectual do que é produzido dentro da universidade? Sabe-se que nem sempre a Ufrgs é ressarcida por desenvolver projetos que no final dão lucros a terceiros...

Krieger – Em novembro, a reitora assinou portaria que torna obrigatório o registro de propriedade industrial. Isso não existia. Como a pesquisa não é institucionalizada, muitas vezes o pesquisador tem um contato direto com empresa ou órgão sem que universidade saiba disso e ao largo de toda a regulamentação. Essa portaria regulamentou todas as formas de transferência de tecnologia e, inclusive, o registro das patentes. Em princípio, toda a produção é da universidade, ela é detentora da patente e poderá

ceder ou compartilhar com uma empresa e se ela quiser exclusividade poderá pagar por isso. Desde novembro, a Ufrgs já tem seis registros de patente. Mas o importante não é só o que universidade gasta mas o que ela é capaz de produzir. Temos uma série de atividades que não podem se resumir ao custo professor-aluno.

Adverso – Já existe algo similar em outras universidades federais?

Krieger – Isso é bastante novo. Dentre as federais, acho que a Ufrgs foi pioneira. Essa portaria está sendo considerada moderna e muito adequada.

Adverso – Não houve resistências?

Krieger – Não. A portaria foi assinada e enviada para todas as unidades. Dentro da universidade não há resistência. Ao contrário, porque nós éramos totalmente desprotegidos em relação a isso. Um pesquisador tinha uma parceria com uma empresa que poderia remunerá-lo. Tinha uma legislação, a empresa poderia remeter alguma coisa para a universidade mas o invento em si não tinha abrigo, era entregue e agora não é mais. Nós estamos organizando a informação sobre a pesquisa. O CNPq tem diretório de grupos de pesquisa das universidades brasileiras que é atualizado a cada dois anos. Formalmente, neste ano existem 355 grupos de pesquisa na Ufrgs. Mas há muitas outras atividades que são feitas que nós não tínhamos informação. Agora a universidade está se reorganizando, com a contribuição das comissões de pesquisa nas unidades, para fazer um cadastramento e há um banco de dados sendo organizado com toda a informação sobre a pesquisa –quem é quem, quais são os projetos e volume de recursos.

Adverso – Existe algum levantamento do montante de recursos que chegam à universidade por meio de parcerias e grupos de pesquisa?

Krieger – Não se consegue dizer exatamente. O pesquisador apresenta o projeto diretamente ao órgão financiador, recebe os recursos e presta contas às agências financiadoras. Alguns não querem dizer, e têm esse direito, mas vamos fazer um levantamento grande sobre toda a pesquisa realizada na Ufrgs. A gente está buscando mapear tudo isso e vamos colocar à disposição de todos. Mesmo que não seja absolutamente completo, pelo menos vai se ter um panorama.

Adverso – A sociedade não tem o direito de saber aonde é aplicado seu dinheiro?

Krieger – Eu diria que sendo recurso público a sociedade deve saber. Mas é preciso dizer que isso não é predominante. De um modo geral, não há problemas.



Maria da Graça Krieger: "Cada vez mais temos sido procurados por empresas que querem parcerias"

Adverso – Como atua a Propesq?

Krieger – A Propesq tem a grande função de auxiliar a expansão da pesquisa na Universidade, e que ela esteja em todos os lugares, em todos os níveis e em todas as áreas de conhecimento. A nós não cabe reserva de área. A pró-reitoria parece pequena, mas ela tem essa responsabilidade de auxiliar e divulgar desenvolvimento da pesquisa em todas áreas, tem programa de qualificação do pesquisador, tem o trabalho de auxílio a eventos na universidade e tem o programa de apoio na editoração de periódicos, que é das pró-reitorias mas nós é que gerenciamos. Em 98, nós abrimos dois editais que foram completamente novos na universidade. Um edital com a Fundação de Apoio à Ufrgs (Faufrgs), que nos deu recursos para a apresentação de projetos novos na universidade. Depois fizemos outro com a Pró-reitoria de Graduação para a aplicação da pesquisa no ensino. A intenção é produzir material didático e pedagógico para ensino de graduação a partir da pesquisa.

Adverso – Quais são as maiores necessidades na área de pesquisa na Ufrgs?

Krieger – A questão das bolsas. Nós temos um programa de bolsas de iniciação científica para graduação que é extremamente importante porque auxilia no desenvolvimento da pesquisa e dá qualidade de formação ao estudante. Hoje, temos 10% de alunos de graduação recebendo este auxílio. Os recursos vêm dos órgãos de fomento, como CNPq, que concede às universidades que ele considera qualificadas, uma cota institucional. A nossa é de 591 bolsas. E temos um programa interno de iniciação científica com recursos da própria universidade. Neste caso, provavelmente haverá uma redução porque este programa é mantido com recursos da própria universidade, que ainda não recebeu o orçamento integral de 1998 e corre o risco de sofrer mais cortes na proposta de 99. Além disso, há quatro anos não temos aumento de cotas. Como há uma elevação da titulação dos professores, temos cerca de 30% dos professores doutores fora do sistema de pesquisa porque não há bolsas.

Adverso – A nomeação de Luís Carlos Bresser Pereira para o Ministério de Ciência e Tecnologia pode significar alguma mudança desta política?

Krieger – Olha, a universidade está esperando que ele defina o seu programa, toda a comunidade científica está esperando apreensiva. Há uma proposta de enxugamento na estrutura do CNPq, mas qual é exatamente esse enxugamento, nós não sabemos. Nada nos foi comunicado. *